

# PSICOLOGIA E COMPROMISSO SOCIAL – BASE EPISTEMOLÓGICA DE UMA PSICOLOGIA CRÍTICA\*

Odair Furtado\*\*

## RESUMO

O artigo estabelece as bases epistemológicas para a construção de uma psicologia política tendo como ponto de partida a história recente da psicologia na América Latina e, especialmente, as teorias desenvolvidas por Ignacio Martin-Baró e Silvia Lane, no universo da psicologia social. Para o autor, estas duas teorias expressam um compromisso político com a realidade social e, principalmente, com sua transformação. Assim, defende-se a idéia de que não é necessário construirmos o rótulo de psicologia política como área de conhecimento e atuação no campo da psicologia, uma vez que a psicologia se revele comprometida socialmente.

## PALAVRAS-CHAVE

psicologia política – psicologia social – compromisso social

# PSYCHOLOGY AND SOCIAL COMMITMENT – EPISTEMOLOGICAL FUNDAMENT OF A CRITIC PSYCHOLOGY

## ABSTRACT

The article establishes the epistemological bases for the construction of a political psychology; starting from the recent history of the psychology in Latin America, and especially, the theories developed by Ignacio Martin-Baró and Silvia Lane, in the universe of the social psychology. For the author, these two theories express a political commitment with the social reality and, mainly, with its transformation. This way, it is defended the idea that it is not necessary build the label of political psychology as knowledge area, and performance in the field of the psychology, once the psychology is revealed socially committed.

## KEY WORDS

political psychology – social psychology – social commitment

---

\* Conferência proferida no I Congresso Paranaense de Psicologia Social – “Práticas e perspectivas da Psicologia Social no final do Século”, ocorrido na cidade de Londrina, no período de 4 a 6 de novembro de 1999, promovido pela ABRAPSO – Núcleo de Londrina.

\*\* Prof. Dr. do Depto de Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica – SP.

## PSICOLOGIA E COMPROMISSO SOCIAL – BASE EPISTEMOLÓGICA DE UMA PSICOLOGIA CRÍTICA

Odair Furtado

Aqueles aqui que acompanham a lista de discussão virtual da SIP (Sociedade Interamericana de Psicologia) pela Internet devem estar sabendo sobre o debate em torno do caso do menino cubano Elian. Há, nas manifestações que dominam o debate, uma tendência a “desideologizar” aquilo que poderia ser uma manifestação de caráter político. O principal argumento é que a psicologia deve preocupar-se com o menino do ponto de vista técnico. Isto significa dizer que a manifestação de caráter científico deve versar sobre as conseqüências psicológicas, sem levar em consideração o caráter político que envolve o caso. Conhecemos muito bem o argumento da neutralidade da ciência e já sabemos de seus efeitos. No campo da psicologia social, particularmente, qual o grau de independência da produção científica da inevitável contaminação ideológica? Haveria a possibilidade de uma produção científica no campo das ciências humanas que poderia evitar esse contágio? Penso que a mesma discussão se coloca para as chamadas ciências duras, mas, para não fugir do tema proposto, não vou enveredar por esse caminho.

Primeiramente, preciso esclarecer que a despeito de minha profunda admiração pelo trabalho dos pesquisadores que trabalham atualmente em meu país como Louise Lhullier (UFSC), Leôncio Camino (UFPb) e Salvador Sandoval (PUC-SP), não será do ponto de vista do comportamento político que iremos falar nessa oportunidade. Quem se interessar por essa vertente encontrará excelentes estudos no livro *Estudos sobre Comportamento Político*, (organizado por estes três autores) editado em 1997 pela Ed. Letras Contemporâneas (Florianópolis).

Também não é da perspectiva dos ensinamentos da Escola de Frankfurt, como é o caso de um outro autor brasileiro, José Leon Crochik (USP e PUC-SP), que não vê a possibilidade de uma Psicologia Política. De acordo com Crochik (1995)

[...] o termo Psicologia Política pode nos conduzir à ilusão liberal de que o indivíduo é responsável pela situação política existente. Assim, se o educarmos adequadamente poderá ter uma consciência política capaz de alterar as condições sociais atuais. Contudo, essa ilusão não só debita os fracassos individuais e sociais no indivíduo, fortalecendo a ideologia oficial, como também, ao aproximar a consciência individual da consciência política, oculta a mediação social... o termo Psicologia Política não abriga a mesma tensão que o termo Psicologia Social, pois recai numa dupla ilusão: a ilusão do indivíduo livre e a ilusão da atuação conseqüente através da política. É assim que podemos pensar as políticas de minorias, que mantém a dominação no momento em que tentam resgatá-las, ou as políticas educacionais que, voltando-se para a maioria da população sem posses, estabelecem um dualismo no ensino, ou para a política partidária que, à medida que se torna mais abrangente, envolvendo um maior número de eleitores, torna-se mais obscura. (p. 53 e 54)

Em primeiro lugar, pode-se notar que o autor está apoiado na visão pessimista da Escola de Frankfurt a respeito da (im)possibilidade da construção de uma alternativa ao capitalismo dentro do próprio capitalismo. Somente com este comentário podemos abrir uma grande polêmica sobre os caminhos das gerações que sucederam a Adorno e Horkheimer. Habermas em *A Teoria da ação comunicativa*, (1994)<sup>1</sup> discute exatamente a possibilidade da construção de alternativa através do "entendimento".

Evidentemente, não pretendo defender a posição reformista de superação do capitalismo através do desenvolvimento do próprio capitalismo, mas considero que a negação do capitalismo faz parte de uma dinâmica dialética que está presente no próprio desenvolvimento e superação do modo de produção.

A crítica mencionada tem muitos endereços: desde as posições reformistas que pretendem mudar o capitalismo por dentro até os pós-modernos. Entretanto, para mencionar um autor do campo da pós-modernidade, Félix Guattari, podemos dizer dele que tem, sem dúvida alguma, uma posição militante e tal posição poderia ser incluída no campo da Psicologia Política com sua concepção de micropolítica. Neste sentido, seu artigo "Micropolítica do Fascismo" (de 1981), é brilhante e, por si, já representa uma resposta ao autor citado.

---

<sup>1</sup> Ver também Habermas, 1999.

Espero, a partir de agora, não fugir do tema, mas é necessária uma consideração sobre o campo da tática e estratégia da esquerda para a tomada do poder, para seguir avançando em minha análise. A teoria do partido operário como direção das massas formulada por Lenin no início do século, a despeito das críticas que sofre atualmente, é a única teoria da organização revolucionária que temos até hoje. Mesmo toda a discussão em torno das alternativas que surgiram nos últimos tempos como a FARC na Colômbia, os verdes na Alemanha, Zapatistas no México ou o PT no Brasil, tem como referência a teoria leninista de organização (mesmo quando se trata de negá-la). Os modelos revolucionários também são poucos: temos o modelo da revolução de massas como foi o caso da Revolução Russa, o modelo da organização de um exército revolucionário como o da Revolução Chinesa e o modelo foquista da Revolução Cubana. Foi este último modelo o que mais foi aplicado na América Latina durante a década de 60 e 70 e que foi derrotado pelas forças conservadoras. Entretanto, há ainda uma experiência em curso na Colômbia, mas, neste instante, tenho poucos elementos para analisá-la.

Considerando todo o período de Guerra Fria, acordo e desacordos sobre a divisão geopolítica do planeta, que vigorou desde o final da II Guerra Mundial até a queda do muro de Berlin, a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos da América (principalmente em relação a América Latina), entendemos porque os movimentos revolucionários fracassaram neste período. Ao mesmo tempo, novas táticas foram sendo construídas pelo movimento popular ou pelas vanguardas políticas. É o caso das lutas no campo do feminismo pela igualdade de direitos, a organização dos homossexuais, lutas ecológicas, lutas por direitos do cidadão (como é o caso dos consumidores), a constituição de organizações que lutam por direitos humanos, a luta pela terra como ocorre com o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil etc.

É preciso reconhecer que em parte tais movimentos compõem a estratégia da concepção micropolítica e reflete o campo tático de organização. Guattari, Lapassade e outros não negam as formas de luta mais gerais. Eles não chegam a trocar as formas gerais pelas formas particulares apesar de

priorizá-las. Mas é inegável que estas formas singulares de luta devem ser consideradas na discussão sobre novas alternativas de organização das lutas populares.

Mas voltemos a crítica da crítica. Eu quase chego a concordar com Crochik sobre a oportunidade ou não de definirmos um campo específico de discussão sobre a Psicologia Política. De certa forma, como gosta de afirmar Silvia Lane que toda psicologia é social eu a parafrasearia dizendo que toda psicologia também é política. Evidentemente, nós sabemos que Silvia Lane reconhece a especificidade da Psicologia Social quando faz aquela afirmação. A pergunta que temos a fazer é se há uma especificidade da Psicologia Política? Antes de qualquer conclusão vamos recorrer a história recente da psicologia na América Latina. Destaco nesta história o trabalho de Ignacio Martín-Baró em El Salvador e de Silvia Lane no Brasil.

## **SOBRE IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ<sup>2</sup>**

Martín-Baró nasceu na Espanha. Foi jesuíta, padre paroquial, teólogo e psicólogo. Foi assassinado em 16 de novembro de 1989 por soldados do governo de El Salvador.

Sua trajetória foi fortemente marcada pelo seu envolvimento político, quando abraçou a concepção da opção preferencial pelos pobres, princípio central da Teologia da Libertação.

Critica o capitalismo e a relação entre exploradores (classe dominante) e explorados (classe dominada), assumindo a perspectiva da maioria oprimida. Para tanto, faz investigações sistemáticas das classes trabalhadoras utilizando o método dialético. Coloca o resultado de suas pesquisas à disposição dos próprios trabalhadores, buscando com isso a ação política a partir do seu trabalho científico. Acredita, desta forma, numa ciência que esteja engajada, que toma partido e que não advoga a neutralidade. O ponto central de sua

---

<sup>2</sup> Cf. Furtado, 1998.

produção é o que ele poderia aprender que viesse a contribuir para a sua tarefa de criar e aplicar uma psicologia a serviço da luta do povo Salvadorenho por liberdade e justiça.

Critica as teorias e a pesquisas psicológicas que apontam o observador como sujeito neutro e externo, ou seja, que reproduzam o contexto dado e acabam, assim, conscientemente ou não, defendendo os interesses da classe dominante ao manter o *status quo*, quando se propõem a categorizar, patologizar e objetificar as classes trabalhadoras sem estudar particularidades e circunstâncias em que ocorrem os processos estudados.

Busca práticas que possibilitem uma psicologia libertadora, ou seja, uma psicologia em que o lugar central seja dado às necessidades, objetivos e experiências dos oprimidos. Esta busca gira em torno da reconstrução de métodos, como é o caso da pesquisa de opinião pública e conceitos da psicologia social, como atitude, identidade, ideologia e comunidade.

Em sua obra *Trabajador Alegre o Trabajador Explotado? La Identidad Nacional del Salvadoreño*, Martín-Baró apresenta a idéia de que a partir das diferenças criadas pelo capitalismo, surgem grupos sociais diferenciados que têm, por sua vez, uma representação social que fornece a cada grupo uma identidade e, desta forma, uma imagem nacional. É a imagem nacional que sustenta a relação de explorador e explorado, supervalorizando o trabalhador alegre e ocultando, assim, a imagem de trabalhador explorado e alienado. O explorador promove a ideologização da imagem nacional que estimula o trabalho alienador exigido pelos fatores dominantes.

É para buscar a (re)constituição da identidade social do trabalhador salvadorenho que Martín-Baró trabalha a noção de conscientização do trabalhador explorado e alienado de sua condição social, função que ele atribui ao psicólogo. É por isso que se pode afirmar que Martín-Baró propõe uma psicologia política que visa uma ação social no sentido de transformar ou construir uma verdade política e social.

Neste aspecto, a obra de Martín-Baró assemelha-se à do educador brasileiro Paulo Freire que serviu de guia para uma boa parte do movimento popular brasileiro e que tinha como pedra de toque a conscientização dos setores explorados da população do campo e da cidade.

A transformação e construção de uma verdade política e social por meio da pesquisa em psicologia baseiam-se na crítica aos campos científicos que apresentam uma tendência a-histórica, individualista e universalista, dando a estes conceitos um novo significado e recolocando-os nos contextos histórico e social do povo salvadorenho. Desta forma, propõe uma psicologia histórica que não abstraia os sujeitos dos contextos sociais e políticos nos quais estão inseridos, combatendo o individualismo e partindo dos motivos e comportamentos através das relações dialéticas entre pessoas e comunidade.

Um bom exemplo do que foi exposto encontramos no trecho de um artigo de Martín-Baró sobre ideologia:

Desde un punto de vista psicosocial, el terreno privilegiado de la ideología dominante en un orden social es el del "sentido común" o, como disse Garfinkel (1976, p. 76), la "cultura común". El sentido común está constituido por todos aquellos presupuestos que hacen posible la vida cotidiana, la interacción "normal" entre las personas, aquellos elementos que asumen como obvios e por ellos mismos nunca o rara vez se someten a cuestionamiento y revisión. Todo lo que en una sociedade se estima como "de sentido común" es identificado con "lo natural", situándolo de esta manera por encima de las vicisitudes históricas. Cuando las exigencias objetivas de un sistema social logran articularse como exigencias subjetivas de sentido común que se traducen en hábitos, rutinas y roles estereotipados, puede afirmarse que ese sistema ha echado raíces (ver Reich, 1933-1965). (Martín-Baró, 1985)

De uma maneira geral poderíamos dizer, a partir dos artigos de Martín-Baró, que é possível esboçar duas amplas categorias. Uma diz respeito ao FAZER e tem origem na psicologia política e a outra fala sobre a IDENTIDADE e está ligada ao estudo da vida e da consciência do trabalhador salvadorenho.

No artigo intitulado *Hacia una Psicología Política Latinoamericana*, Martín-Baró define e classifica os fenômenos que devem estar presentes na elaboração de uma psicologia política. O ponto de partida deve ser a realidade da América Latina e deve focar os dilemas: 1) entre ditadura e democracia, 2) entre dependência e autonomia regional e 3) entre alienação e identidade histórica.

Martín-Baró não teve oportunidade de viver os tempos atuais e a nova ordem mundial dominada pela política neoliberal que, traduzida, representa a hegemonia do projeto pós-capitalista depois da queda do muro de Berlim.

A nova política para a América Latina inclui a substituição do regime de força controlado por militares ou por títeres ligados às oligarquias que se põem a serviço da política econômica dos EEUU<sup>3</sup>.

A associação evidente da concepção de desalienação de Martín-Baró com a de Paulo Freire, a despeito da observação do autor de que o processo se completa com a própria superação das condições materiais que produzem a alienação, demonstra a posição assumida durante a década de 70, particularmente pelos setores militantes ligados à Igreja e à Teologia da Libertação que, em última instância, levavam aos movimentos populares a “palavra” libertadora. Uma forma de pedagogia da libertação que, em última instância, dependerá da ação e consciência do militante. Esta questão polêmica ainda é discutida hoje em dia nos movimentos populares.

A despeito da influência de Martín-Baró na construção de uma psicologia crítica, com base dialética e voltada para a realidade latino-americana, e a despeito também da forte influência exercida em outros países da América Latina, particularmente a Venezuela, pouco se ouve falar no Brasil deste autor. A grande exceção é Silvia T. M. Lane que foi a introdutora de Martín-Baró no Brasil. Ela mesma também um exemplo de atuação semelhante ao de Martín-Baró. Desde a sua liderança na organização da ABRAPSO até a organização do campo da Psicologia Social Comunitária que durante a década de 70 e 80 reuniu e organizou esse a intervenção comunitária em São Paulo.

Vejam que a teoria psicológica construída por Martín-Baró é conhecida como Psicologia da Libertação (numa explícita referência à Teologia da Libertação) e a teoria que está sendo elaborada por Silvia Lane é conhecida como Psicologia Sócio-Histórica e o campo de intervenção como Psicologia Social Comunitária. Trata-se evidentemente de uma psicologia com claro compromisso político e parece desnecessário rotulá-la como Psicologia Política. Ela pode ser considerada uma psicologia política pelo seu compromisso social.

---

<sup>3</sup> O jornal Folha de São Paulo noticiou em 11 de fevereiro de 1997 que o primeiro ministro britânico John Major recebeu três presidentes latino-americanos (do Brasil, do Peru e do Panamá). Em nota o jornal diz que “Major praticamente só conversou com FHC. Fujimori e o panamenho Ernesto Balladares foram quase esquecidos.”



É esta a tese que defendo: não há necessidade de construirmos o rótulo psicologia política como área de conhecimento e atuação no campo da psicologia. Neste ponto concordo com a crítica, não pelo argumento lógico de que a psicologia é a área que estuda o indivíduo e a política a área do coletivo. Não acredito nessa segmentação, na dicotomia entre o social e o individual, a despeito da ficção do individualismo criado pelo campo da sociabilidade capitalista.

Penso que o campo de uma psicologia comprometida politicamente é uma psicologia que entenda que a sociedade capitalista é uma sociedade de classes e que o chamado capitalismo tardio é produtor de uma complexidade social que exige uma maior sofisticação da intervenção política. Que a psicologia, por estar inscrita no campo da linguagem e, neste sentido, concordo com a posição de Habermas e, de um outro ponto de vista, com teóricos da hermenêutica como Paul Ricoeur, estará sempre contaminada de conteúdos ideológicos (no sentido marxiano do termo). Exatamente por isso é que considero que nós psicólogos temos relegado a um segundo plano ou mesmo esquecido um autor que o campo da Educação soube resgatar. Trata-se do revolucionário italiano Antonio Gramsci. Sua obra *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (1978), representa um marco no campo do compromisso dos intelectuais, que ele denomina como intelectuais orgânicos, que fazem aliança com as classes trabalhadoras, camponesas e populares. Se observarmos os ensinamentos de Gramsci caminharemos na direção proposta por Silvia Lane e por Martín-Baró (sem esquecer o próprio Fernando aqui presente e Maritza Monteiro da Venezuela) de uma psicologia comprometida social e politicamente.

Eu tenho procurado me colocar nesta perspectiva. Quero agora de forma muito modesta apontar para algumas possibilidades deste tipo de atuação, politicamente comprometida, que temos realizado na PUC-SP. Atualmente tenho uma orientanda em Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) que está estudando a transformação no plano da consciência de atores do movimento social que trabalham como voluntários em programas sociais. Este tema se inscreve no campo de uma preocupação maior que é o da

transformação da característica dos movimentos sociais nos anos 90. Nossa hipótese é que o nível de organização dos movimentos sociais durante a década de 70 propiciou o aparecimento da Psicologia Social Comunitária e que a transformação desses movimentos levará a uma reordenação do campo teórico. A nova conjuntura econômica e a reordenação do Estado (política do Estado Mínimo) e a presença cada vez maior do 3º Setor (ABRINQ, Inst. Ayrton Senna etc.), além de uma maior organização social com a abertura do mercado profissional (Centro de Saúde, Varas da Família, Centros de Referência do Trabalhador, da AIDS etc.) profissionaliza a intervenção social do psicólogo.

Temos também um convênio com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT). Trata-se de um projeto de qualificação e requalificação de metalúrgicos desempregados – O Programa Integrar, que busca uma alternativa para a política neoliberal do Governo Brasileiro.

Em estudo de caso que realizamos em 1992 (Furtado, 1992) os operários entrevistados não temiam o desemprego e tinham como preocupação central o futuro dos filhos. A maior ou menor dificuldade para consumir objetos e serviços era a tônica do momento. A experiência hoje com o trabalhador metalúrgico é de outra ordem.

Em função desta nova realidade, desde o ano de 1996 a CNM/CUT vem desenvolvendo uma experiência no campo da qualificação e requalificação profissional que é o Programa Integrar, voltado para metalúrgicos desempregados com idade entre 25 e 45 anos.

Trata-se de um curso com 10 meses de duração (700 horas), realizado em sistema de módulos e equivalente ao primeiro grau (certificado pela Escola Técnica Federal de São Paulo) e que vem sendo ministrado desde agosto de 1996 (formou sua primeira turma em 31 de outubro de 1997). O curso tem como objetivo fornecer uma formação de caráter geral, que amplie o horizonte cultural do aluno e lhe dê condições de ampliar sua participação social ao mesmo tempo em que discute as condições sociais e históricas que geram o desemprego do trabalhador no Brasil de hoje. Em resumo, trata-se de uma opção pedagógica que se assenta sobre a noção de cidadania e de inclusão

social. Neste sentido, a proposta do curso representa uma alternativa à concepção de formação voltada para o treino de habilidades (que de resto está incluída na lógica do sistema fordista de produção). O sistema de módulos está centrado em um eixo, o nosso *cuore curriculum*, que é o módulo de reestruturação produtiva. Os módulos de caráter técnico (matemática, desenho técnico, controle de medidas) estão imbricados a este módulo e os módulos de caráter geral (História, Geografia, Português, Ciências e Inglês) se remetem sempre que possível ao módulo de reestruturação produtiva. Além desses módulos o aluno passa por uma oficina de informática.

Nesta experiência notamos que o operário metalúrgico está aprendendo a conviver com a crise de desemprego e as propostas de auto emprego apontam para a reconstrução de sua identidade. Mas denotam também que isto ocorre porque a realidade, as condições objetivas o empurram para isso. No campo do desejo ele espera alguma solução que garanta a sua condição de metalúrgico, seja através de alguma solução de caráter paternalista ou através da mobilização e organização da categoria.

Por fim, o breve estudo também aponta para a plasticidade da consciência, estritamente da consciência psicológica (evitando aqui o termo consciência de classe), que se configura a partir da relação concreta com a realidade. Por um lado, como derivado direto da crise de emprego temos o adoecimento do trabalhador, que se dá pela falta de compreensão do processo que está vivendo, porque a explicação mais razoável personaliza o efeito do desemprego no próprio trabalhador levando-o a se representar como incompetente ou como figura descartável e desatualizada. O adoecimento se apresenta geralmente na forma de quadro depressivo, que leva o trabalhador à paralisia (a vergonha de sair de casa, a vergonha da pecha de vagabundo). Um recurso típico é o uso da bebida alcoólica. Por outro lado, a alternativa da organização que permite ao trabalhador compreender o processo que gera o desemprego e o leva a buscar concretamente uma saída para a crise. O Programa Integrar representa essa alternativa porque leva esse trabalhador a reconfigurar tais representações, a enxergar a realidade com outros olhos e permite que o trabalhador escape do processo auto destrutivo resgatando o seu papel de sujeito da história.

Entendo ser está uma forma, entre outras, de trabalho na psicologia que nos coloca no campo daquilo que poderia denotar o compromisso político do pesquisador e do profissional dessa área. Evidentemente, não se trata de construirmos uma psicologia classista, voltada exclusivamente para os trabalhadores, para as classes populares. Tal compromisso representa apenas que precisamos romper com uma psicologia que tem sido classista de uma outra forma. Olhando apenas para um lado da sociedade, para os bem sucedidos, para o mercado, para quem pode pagar. Uma forma de privatizar o serviço prestado pelo psicólogo. Abre-se aqui uma discussão sobre que psicologia é essa que teria um caráter geral que atendesse a toda a população. Não sei a resposta. Ela está para ser construída a partir das próprias condições materiais em que o fenômeno psicológico é construído. Por isso temos discutido a necessidade da construção de uma psicologia latino-americana. Uma psicologia que responda concretamente ao campo de nossa subjetividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Camino, L., Lhullier, L., & Sandoval, S. (Orgs.). (1997). *Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Crochik, L. (1995). A (Im)Possibilidade da Psicologia Política. In M. A. Azevedo, & M. S. S. Menin M. (orgs.), *Psicologia e política: reflexões sobre a possibilidade e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez/FAPESP.
- Furtado, O. (1992). *Da consciência crítica e da consciência fragmentada: um estudo sobre a consciência operária*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- Furtado, O. et al. (1998). A Psicologia Social e a ação social. *Psicologia Revista: Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP*, 7, 79-91.
- Guattari, F. (1981). Micropolítica do Fascismo. In *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Gramsci, A. (1978). *Os intelectuais e a organização da cultura* (2 ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Habermas, J. (1999). *Teoría de la acción comunicativa* (vols I e II). Madrid: Taurus.

Habermas, J. (1994). *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Cátedra.

Martín-Baró, I. (1985). La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. *Boletín de la AVEPSO*, 8(3).